



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Orçamento , Fiscalização , Tributação e Transparência

***PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº Nº 391/2019***

DETERMINA QUE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA SEJA OBRIGATORIAMENTE NOTIFICADA DO RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS OU DE ENTIDADES INTERNACIONAIS PÚBLICAS OU PRIVADAS PARA O ESTADO DA PARAÍBA. **Exara-se O PARECER PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.**

**Adequação e Compatibilidade Orçamentária** – O Projeto de Lei em análise trata de obrigação para que os órgãos da Administração Pública estadual notifiquem à Assembleia Legislativa acerca do recebimento de recursos federais ou de organismos internacionais. A aprovação do projeto não demanda por parte dos governo nenhum incremento em seus gastos, não havendo, portanto, nenhuma ingerência na execução orçamentária dos órgãos, mas tão somente o fortalecimento do papel de controle desempenhado, em função de dispositivo constitucional, por essa Casa Legislativa, especialmente essa Douta Comissão de Orçamento , Fiscalização , Tributação e Transparência .

***AUTOR: Deputado Cabo Gilberto Silva***

RELATOR: Dep. Lindolfo Pires. Substituído por João Henriques

***P A R E C E R Nº 32 /2019***

***I - RELATÓRIO***

A Comissão de Orçamento , Fiscalização , Tributação e Transparência recebe para análise e parecer o Projeto de Lei Ordinária Nº 391/2019 de autoria do **Deputado Cabo Gilberto Silva, o qual pretende instituir obrigação para que as**



**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência**



**entidades da administração pública estadual informem à Assembleia Legislativa, dentro do prazo de 10 dias, sobre o recebimento de recursos públicos federais ou recursos provenientes de entidades ou organismos internacionais.**

O projeto em questão teve sua constitucionalidade e juridicidade atestada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação onde recebeu emenda supressiva ao seu art. 2º, sendo desta forma que chega para análise desta relatoria.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o Relatório.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência



---

***II – VOTO DO RELATOR***

A proposta legislativa em exame, da lavra do ilustre Deputado Cabo Gilberto Silva tem como objetivo fazer com que os órgãos da administração pública estadual direta e indireta informem à Assembleia Legislativa da Paraíba, dentro de 10 dias úteis, o recebimento de recursos públicos federais ou recursos provenientes de entidades ou organismos internacionais.

Em sua justificativa o autor da matéria argumenta que:

Com a promulgação dessa lei, os trabalhos exercidos pela Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária dessa Douta Casa Legislativa será aprimorado, em virtude da obrigatoriedade da notificação pelo recebimento de recursos federais ou de entidades internacionais públicas ou privadas.

Em que pese o interesse público aventado pelo nobre Deputado quando da apresentação da presente matéria, cabe a essa Douta Comissão analisar a compatibilidade da propositura com as regras de direito financeiro, orçamentário e a adequação ao orçamento vigente. É função deste colegiado, composto por representantes eleitos pelo povo paraibano estudar de forma pormenorizada a compatibilidade do projeto com o orçamento público, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ao final exarar posicionamento sobre o cumprimento dos requisitos necessários do ponto de vista da legislação orçamentária para a sua regular tramitação.





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência**



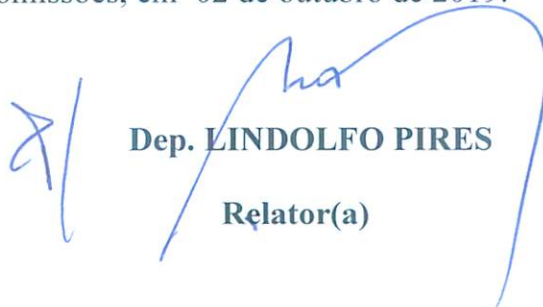
Ao criar obrigação para que os órgãos da Administração Pública Estadual notifiquem à Assembleia Legislativa sobre o recebimento de recursos federais ou de organismos internacionais o projeto não demanda nenhuma ação que necessite do investimento de recursos públicos para o pleno atendimento da lei. Deste modo, a obrigação constante na matéria vem no sentido de reforçar o papel fiscalizador do Poder Legislativo sem, no entanto, instituir obrigação financeira aos órgãos públicos estaduais. Não há, portanto, com a aprovação da matéria, comprometimento do orçamento estadual, afetação da receita nem incidência sobre a arrecadação, sendo o mesmo uma forma de aperfeiçoar os mecanismos de controle exercidos por esse Poder sob a Administração Pública Estadual.

Nesse sentido, com fundamento dos argumentos supracitados, compreendemos que o presente projeto de lei apresenta todas as condições orçamentárias e financeiras necessárias para a sua regular tramitação, sendo, portanto, em relação à legislação orçamentária e financeiras adequado e oportuno.

Desta forma, opinamos seguramente pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 391/2019 na forma como recebido por esse Douta Comissão.**

É o voto.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 2019.

  
**Dep. LINDOLFO PIRES**  
**Relator(a)**



**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência**



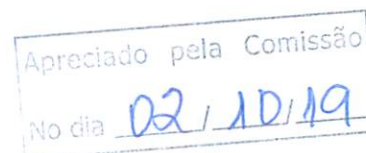
**III - PARECER DA COMISSÃO<sup>1</sup>**

A Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, nos termos do Voto da Relatoria, opina pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 391/2019 em virtude de sua adequação e compatibilidade com a legislação orçamentária vigente.**

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 2019.

  
**DEP. WILSON FILHO**  
*Presidente*



**DEP. RICARDO BARBOSA**

*Vice-Presidente*

  
**DEP. TACIANO DINIZ**

*Membro*

  
**DEP. JOÃO HENRIQUE**

*Membro*

**DEP. TIÃO GOMES**

*Membro*

  
**DEP. EDUARDO CARNEIRO**

*Membro*

**DEP. LINDOLFO PIRES**

*Membro*

<sup>1</sup> Parecer elaborado com a assessoria institucional prestada pelo Consultor Legislativo Josean Calixto de Souza, matrícula 290.119-6